



Sumário

Ministério da Educação.....	1
Ministério da Infraestrutura	3

.....Esta edição é composta de 3 páginas

Ministério da Educação

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 120, DE 7 DE ABRIL DE 2022

Declara a revogação dos atos normativos inferiores a Decreto no âmbito do Inep.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso VI do art. 16, do Anexo I do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.310, de 2 de abril de 2020, Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, e Decreto nº 10.776, de 24 de agosto de 2021, e o que consta na Portaria Inep nº 504, de 21 de agosto de 2020 e nos processos SEI nº 23036.002590/2020-55 e 23036.002589/2020-21, resolve:

Art. 1º Revogar os atos normativos indicados no Anexo, relativos à revisão de atos normativos da Diretoria de Avaliação da Educação Básica e da Diretoria de Avaliação da Educação Superior, em atendimento ao disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO

Diretoria de Avaliação da Educação Básica		
1	Portaria nº 77, de 16 de agosto de 2002	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seu Anexo, a realização do Enceja 2002.
2	Portaria nº 111, de 4 de dezembro de 2002	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seus Anexos I e II, a realização do Enceja 2003.
3	Portaria nº 110, de 4 de dezembro de 2002	Fica estabelecida, na forma desta Portaria e de seu Anexo I, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2003, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
4	Portaria nº 61, de 22 de agosto de 2003	Altera o art. 15 da Portaria n.º 110, de 4 de dezembro de 2002.
5	Portaria nº 53, de 19 de maio de 2004	O período de inscrição do Enem, estipulado no art. 6º da Portaria Inep n.º 24, de 23 de março de 2004, fica prorrogado para o período de 20 a 26 de maio de 2004 em todas as escolas de ensino médio.
6	Portaria nº 6, de 2 de fevereiro de 2005	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2005, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
7	Portaria nº 152, de 10 de agosto de 2005	Altera o caput do art. 15 da Portaria Inep n.º 6, de 2 de fevereiro de 2005.
8	Portaria nº 44, de 10 de março de 2005	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seus Anexos, a realização do Enceja 2005.
9	Portaria nº 195, de 26 de setembro de 2005	Altera o artigo primeiro da Portaria n.º 145, de 3 de agosto de 2005: Art. 1º - A realização do Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos (Enceja), estipulado no art. 10º da Portaria Inep n.º 44, de 10 de março de 2005, fica transferido para o período de 19 e 20 de novembro de 2005, mantendo-se os horários estipulados, bem como as demais disposições.
10	Portaria nº 26, de 23 de março de 2006	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2006, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
11	Portaria nº 93, de 7 de julho de 2006	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seu Anexo, a realização do Enceja 2006.
12	Portaria nº 102, de 13 de julho de 2006	O período de realização do Enceja, estipulado no art. 8º da Portaria Inep n.º 93, de 7 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2006, fica transferido para o período de 18 a 19 de novembro de 2006, mantendo-se os horários estipulados, bem como as demais disposições.
13	Portaria nº 131, de 4 de agosto de 2006	Fica estabelecido o período de adesão pelas Secretarias de Educação (estaduais, do Distrito Federal ou municipais) ao Enceja, estipulado no artigo 1º desta Portaria.
14	Portaria nº 164, de 17 de outubro de 2006	Estabelece as condições para aprovação em cada prova e as referências para a certificação dos participantes aprovados nas modalidades do Enceja 2006, em estudo pelo Inep, disponível em cada Secretaria de Educação (estaduais, municipais e do Distrito Federal) e instituições que aderiram ao exame, a partir de 20 de outubro de 2006.
15	Portaria nº 44, de 20 de abril de 2007	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seu Anexo, a realização do Enceja 2007.
16	Portaria nº 8, de 6 de fevereiro de 2007	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2007, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
17	Portaria nº 55, de 3 de abril de 2008	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2008, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
18	Portaria nº 99, de 3 de julho de 2008	Reabrir as inscrições para participação no Enem 2008, exclusivamente via internet, no período compreendido entre as 8 horas do dia 7 de julho de 2008 e 23 horas e 59 minutos do dia 11 de julho de 2008, observado o horário oficial de Brasília (DF).
19	Portaria nº 100, de 4 de julho de 2008	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enceja 2008, no Brasil.

20	Portaria nº 136, de 8 de agosto de 2008	Fica regulamentada, na forma desta Portaria, a realização do Encceja 2008 para brasileiros residentes no exterior.
21	Portaria nº 192, de 22 de outubro de 2008	Altera o caput do art. 5º, da Portaria Inep n.º 100, de 4 de julho de 2008.
22	Portaria nº 174, 31 julho de 2009	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Encceja 2009.
23	Portaria nº 252, de 30 de outubro de 2009	Prorroga as inscrições do Encceja 2009. Altera o caput do artigo 5º, 10º, 23 e 24 da Portaria Inep n.º 174, de 31 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2009.
24	Portaria nº 218, de 23 de setembro de 2009	O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), outorgado pelo Ministério da Educação (MEC), com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), será expedido mediante o resultado do exame efetuado nas instituições devidamente credenciadas - postos aplicadores - pelo MEC.
25	Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2009, como procedimento de avaliação do desempenho escolar e acadêmico dos participantes, para aferir o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania.
26	Portaria nº 244, de 22 de outubro de 2009	Altera a Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009, republicada no Diário Oficial da União n.º 107, de 8 de julho de 2009, seção 1, pp. 14 a 20.
27	Portaria nº 317, de 2 de dezembro de 2009	O Inep aplicará o Enem 2009 nas unidades prisionais que atendam aos requisitos estabelecidos nesta Portaria.
28	Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2010	O Inep aplicará o Enem 2009 nas unidades prisionais constantes no rol formalizado pela Diretoria de Tratamento Penal dos estados de Rio Grande do Sul e de São Paulo, devidamente protocolizados até 8 de janeiro de 2010, que atendam aos requisitos.
29	Portaria nº 202, de 8 de julho de 2010	Prorroga para as 23 horas e 59 minutos do dia 16 de julho de 2010 o término das inscrições do Enem 2010, constante no item 1.2 do Edital n.º 1, de 18 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2010, seção 3, p. 59.
30	Portaria nº 29, de 27 de janeiro de 2010	O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), outorgado pelo Ministério da Educação (MEC), com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), será expedido mediante o resultado do exame efetuado nas instituições devidamente credenciadas (postos aplicadores) pelo MEC.
31	Portaria nº 63, de 10 de março de 2010	Altera a Portaria Inep n.º 29, de 27 de janeiro de 2010, que institui o Celpe-Bras.
32	Portaria nº 42, de 14 de fevereiro de 2012	Revoga a Portaria n.º 110, de 18 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União n.º 96, de 20 de maio de 2011, seção 1, p. 16.
33	Portaria nº 342, de 28 de setembro de 2012	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para cálculo e divulgação da proficiência média dos estudantes que realizaram o Enem 2011, por unidade escolar.
34	Portaria nº 533, de 30 de outubro de 2014	Estabelece os procedimentos e critérios para a divulgação dos resultados do Enem 2013 por escola.
35	Portaria nº 572, de 26 de novembro de 2014	Alterar o prazo estabelecido para divulgação preliminar dos resultados do Enem 2013 por escola, previsto no art. 4º, da Portaria n.º 533, de 30 de outubro de 2014, para 1º de dezembro de 2014.
36	Portaria nº 267, de 19 de junho de 2015	Estabelece os procedimentos e critérios para a divulgação dos resultados do Enem 2014 por escola.
37	Portaria nº 501, de 27 de setembro de 2016	Estabelece critérios e procedimentos de cálculo e de divulgação dos resultados do Enem 2015 por escola.
Diretoria de Avaliação da Educação Superior		
1	Portaria nº 1.890, de 3 de julho de 2002	Estabelece os cursos avaliados pelo Enade 2003.
3	Portaria nº 107, de 22 de julho de 2004	O Enade será aplicado a uma amostra de estudantes de cada curso, nas áreas selecionadas a cada ano, garantida uma nova aplicação em tais áreas em um prazo máximo de três anos.
4	Portaria nº 108, de 22 julho de 2004	O Enade será aplicado no ano de 2004, para as áreas de conhecimento definidas na Portaria n.º 1606, de 1º de junho de 2004, do Ministério da Educação, relacionadas a seguir: Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional E Zootecnia.
5	Portaria nº 124, de 7 de agosto de 2008	Dispõe sobre o Enade 2008.
6	Portaria nº 129, de 7 de agosto de 2008	O Enade tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.
7	Portaria nº 128, de 7 de agosto de 2008	O Enade tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.
8	Portaria nº 145, de 25 de junho de 2009	Dispõe sobre os critérios para inscrição junto ao Enade 2009.
9	Portaria nº 493, de 20 de dezembro de 2010	Dispõe sobre a solicitação de dispensa para o Enade 2010.
10	Portaria nº 6, de 6 de janeiro de 2011	Prorrogação até o dia 31 de janeiro de 2011 do prazo para solicitação de dispensa do Enade 2010.
11	Portaria nº 436, de 20 de dezembro de 2011	Estudantes habilitados a realizar o Enade 2011, nos termos do art. 3º, § 2º da Portaria Normativa MEC n.º 8/2011, que não participaram da prova realizada no dia 6 de novembro de 2011 poderão solicitar dispensa do Enade 2011, nos termos e prazos estabelecidos na presente Portaria.
12	Portaria nº 338, de 16 de setembro de 2011	Estabelece os procedimentos de divulgação dos indicadores de qualidade às instituições de educação superior.
13	Portaria nº 188, de 12 de julho de 2011	Diretrizes para avaliação do componente de Formação Geral.
14	Portaria nº 216, de 26 de julho de 2011	Dispõe sobre a prova do Enade.
15	Portaria nº 419, de 27 de novembro de 2012	Estudantes habilitados a realizar o Enade 2012, nos termos do art. 5º, § 1º da Portaria Normativa MEC n.º 6/2012, que não participaram da prova realizada no dia 25 de novembro de 2012 poderão solicitar dispensa do Enade 2012, nos termos e prazos estabelecidos nesta Portaria.
16	Portaria nº 386, de 17 de outubro de 2012	Estabelecer os procedimentos de divulgação dos indicadores de qualidade às instituições de educação superior.

